

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

AP ENERGIAS PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
AP Energias Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da AP Energias Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AP Energias Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025, a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos desde a sua constituição, necessitando de aportes de capital por parte dos acionistas para que possa equilibrar seu fluxo financeiro, permitindo atingir seus objetivos. Nesse contexto, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão da reposição do fluxo de caixa e, também, da readequação do resultado financeiro e a apresentação de um plano de recuperação por parte da diretoria. As demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Nossa opinião contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis.

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Diretoria da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais ou consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	126.504	340.888	Fornecedores		7.216	4.568
Adiantamentos a fornecedores		12.131	4.042	Obrigações tributárias	8	884	1.030
Impostos a recuperar	6	30.052	44.569	Debêntures	9	2.198.674	2.212.748
				Outras contas a pagar		33.748	101.935
Total do ativo circulante		168.687	389.499	Total do passivo circulante		2.240.522	2.320.281
Não Circulante							
Aplicação Renda Fixa - LFT	7	1.383	-				
Total do passivo não circulante		1.383	-				
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		55.510.000	66.010.000
				(-) Capital a integralizar		(2.600.000)	(13.500.000)
				Prejuízos acumulados		(54.980.452)	(54.440.782)
				Total do patrimônio líquido		(2.070.452)	(1.930.782)
Total do ativo		170.070	389.499	Total do passivo e patrimônio líquido		170.070	389.499

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2025	2024
(-) Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(109.767)	(121.551)
Total das despesas operacionais		(109.767)	(121.551)
Receitas financeiras		76.758	9.492.539
Despesas financeiras		(506.661)	(22.586.591)
(=) Resultado financeiro líquido	13	(429.903)	(13.094.052)
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	-	-
Prejuízo do exercício		(539.670)	(13.215.602)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	2025	2024
Outros resultados abrangentes		
Prejuízo do exercício	(539.670)	(13.215.602)
Total do resultado abrangente do exercício	(539.670)	(13.215.602)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	38.010.000	(2.000.000)	(41.225.180)	(5.215.180)
Aumento de Capital	28.000.000	(11.500.000)	-	16.500.000
Prejuízo do exercício	-	-	(13.215.602)	(13.215.602)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	66.010.000	(13.500.000)	(54.440.782)	(1.930.782)
Reversão de capital	(13.500.000)	13.500.000,00	-	-
Aumento de capital	3.000.000	(3.000.000)	-	-
Integralização de capital	-	400.000	-	400.000
Prejuízo do exercício	-	-	(539.670)	(539.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	55.510.000	(2.600.000)	(54.980.452)	(2.070.452)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

AP ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Fluxo das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(539.670)	(13.215.602)
Ajustes ao prejuízo do exercício			
Juros incorridos s/ debêntures	9	502.187	6.647.904
Resultado do exercício ajustado		(37.483)	(6.567.698)
Variação em:			
Adiantamentos a fornecedores		(8.089)	(666)
Impostos a recuperar	6	14.517	131.397
Fornecedores		2.647	1.194
Obrigações tributárias	8	(146)	(460.738)
Outras contas a pagar		(68.187)	101.935
Caixa líquido (utilizado) nas atividades operacionais		(96.741)	(6.794.576)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação Renda Fixa - LFT	7	(1.383)	129.524.415
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		(1.383)	129.524.415
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital integralizado	10	400.000	16.500.000
Amortização de debêntures	9	(516.260)	(139.500.837)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(116.260)	(123.000.837)
(Déficit)/acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa		(214.384)	(270.998)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	340.888	611.886
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	126.504	340.888
(Déficit)/acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa		(214.384)	(270.998)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A AP Energia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Santo Amaro, 48 Cj, 61, Vila Nova Conceição, São Paulo – SP, e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades comerciais ou civis, seja como sócia, quotistas ou acionista. A Companhia foi constituída em 22 de dezembro de 2021 e tem prazo indeterminado de duração.

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo no montante de R\$ 539.670 (R\$ 13.215.602 em 2024) e passivo circulante excedente ao ativo circulante no montante de R\$ 2.071.835 (R\$ 1.930.782 em 2024).

O resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, prejuízo, deve-se, principalmente às despesas financeiras das debêntures da 1ª emissão de debêntures de Companhia, conforme nota explicativa nº13 abaixo.

Tendo em vista que o plano de negócio da Companhia baseia-se na premissa de que os recursos para pagamento dos serviços de dívida das debêntures serão aportados pelo acionista controlador da Companhia, o qual é avalista das debêntures, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade. Neste sentido, conforme notas explicativas nº 10 abaixo, no dia 11 de março de 2025 o acionista controlador realizou novas subscrições de ações na capital da Companhia.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

- a) Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A administração aprovou a conclusão das Demonstrações Contábeis em 29 de maio de 2026.

- b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas referem-se as debentures tratadas na nota explicativa nº9.

3. Principais práticas contábeis adotadas

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data de aplicação, registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são reconhecidos diretamente ao resultado.

b. Instrumentos financeiros

Classificação

Os ativos e passivos financeiros devem inicialmente ser valorados pelo seu valor justo. Os critérios para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros foram (i) o preço cotado em mercado ativo ou, na ausência deste e (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou o custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde: (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro, (ii) menos as amortizações de principal e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do período. Ativos e passivos de longo prazo com características de instrumentos financeiros são registrados inicialmente pelo seu valor presente.

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos, debentures e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado na rubrica “Receitas financeiras”, ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

Estão demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

d. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

e. Provisões, passivos e ativos contingentes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

A Administração, ao elaborar suas demonstrações contábeis, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Empresa. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Empresa. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

Não há provisões, contingências ou ativos contingentes a serem reconhecidos.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

O imposto de renda é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro real), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro real), por meio da aplicação da alíquota de 9%.

Administração decidiu não registrar tais impostos diferidos, diante da ausência de perspectivas concretas de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Essa prática está alinhada às normas contábeis vigentes, que determinam que o reconhecimento somente deve ocorrer quando houver evidências razoáveis de realização futura.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

g. Receitas e Despesas

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

As despesas gerais administrativas são reconhecidas e mensuradas em conformidade com o regime de competência e estão substancialmente relacionadas a (i) serviços prestados por terceiros; (ii) serviços advocatícios e (iii) serviços de assessoria consultoria e gestão.

h. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03(R2).

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos períodos apresentados utilizando o método indireto.

4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas

Não foram emitidas novas normas ou interpretações que poderiam trazer impactos significativos sobre as demonstrações contábeis da empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.000	2.865
Aplicações Financeiras - renda fixa	125.504	338.023
	<u>126.504</u>	<u>340.888</u>

Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras estão representadas por 99,21% das disponibilidades desta rubrica (99,16% em 2024).

Os recursos aplicados são remunerados à taxa de mercado e possuem alta liquidez.

6. Tributos a recuperar

A tabela a seguir apresenta saldo de INSS a recuperar oriundo de um pagamento em duplicidade efetuado na competência 03/2024 e o saldo de Imposto de Renda a compensar, referente aos exercícios 2025 e 2024, decorrentes de retenção de Impostos de Renda s/ Aplicação Financeira:

	31/12/2025	31/12/2024
INSS a recuperar	1.239	632
IRRF a compensar	28.813	43.937
	<u>30.052</u>	<u>44.569</u>

7. Aplicação de renda fixa - LFT

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia aprovou a 1ª emissão de Debêntures conforme mencionado na nota explicativa nº 11. Nestas datas foram constituídas as garantias de cessão fiduciária dos recursos iniciais depositados em conta Escrow de titularidade da emissora.

Em setembro de 2024, os saldos dos depósitos vinculados foram resgatados em sua totalidade com o objetivo de quitar parcialmente o saldo de debêntures. Durante o período que os montantes estavam aplicados, foi reconhecido um ganho de capital das aplicações LFT da conta Escrow no valor de R\$ 9.899.415,44.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos dos depósitos vinculados referem-se a um título público, LFT, no montante de R\$ 1.383, com vencimentos em 25 de fevereiro de 2030.

8. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recolher	40	37
INSS a pagar	607	565
CSRF a recolher (*)	125	344
Pis s/ receita financeira a recolher	16	12
Cofins s/ receita financeira a recolher	97	72
	<u>885</u>	<u>1.030</u>

(*) CSRF se refere à retenção na fonte de Pis-Pasep, CSLL e Cofins, à alíquota de 4,65%, sobre notas fiscais de serviços tomados.

9. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou a 1ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 110 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 ("1ª Emissão").

Em 02 de maio de 2022 a Companhia realizou a 2ª emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, remuneradas a juros equivalentes à 16% a.a. entre a emissão e 31 de março de 2022 e a variação da inflação (medida pelo IPCA) acrescidos de 20% a.a., no valor de R\$ 2 milhões, com vencimento em 31 de maio de 2026 (2ª Emissão").

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Em maio de 2022 a Companhia amortizou o valor de R\$ 559.068, referente à 1ª emissão, com recursos originados do rendimento líquido de aplicação CDI onde o montante foi aplicado durante o mês de abril de 2022.

Em 29 de agosto de 2022 a Companhia quitou antecipadamente a 2ª Emissão e amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, totalizando R\$ 4.603.563.

Em 31 de março de 2023 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 16.422.833.

Em 30 de setembro de 2023 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 14.934.964.

Em 30 de setembro de 2024 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 155.422.772.

Em 03 de março e em 30 de setembro de 2025 a Companhia amortizou parcialmente o saldo devedor das debêntures da 1ª Emissão, no valor de R\$ 276.518,22 e R\$ 239.741,75 respectivamente.

Descrição	Data	Quantidade de títulos em circulação	Remuneração anual	31/12/2025	31/12/2024
1ª emissão	31/12/2021	110.000	IPCA + 20% aa	110.000	110.000
				<u>110.000</u>	<u>110.000</u>

9.1. Movimentação das debêntures

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.212.748	135.065.680
(+) Aquisição de principal	-	-
(+) Juros apropriados	502.186	22.569.840
(-) Amortização de juros	-	(15.921.935)
(-) Amortização de principal	(516.260)	(139.500.837)
Total	<u>2.198.674</u>	<u>2.212.748</u>

9.2. Composição do saldo das debêntures

	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures	2.198.674	-	2.198.674	2.212.748	-	2.212.748
Total	<u>2.198.674</u>	<u>-</u>	<u>2.198.674</u>	<u>2.212.748</u>	<u>-</u>	<u>2.212.748</u>

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito da Companhia é de R\$ 55.510.000,00 (R\$ 66.010.000,00 em 2024), dividido em 55.510.000 de ações ordinárias (66.010.000 de ações ordinárias em 2024), todas nominativas e sem valor nominal.

Em assembleia geral de acionistas realizada no dia 11 de março de 2025 deliberada a redução do capital social da Companhia em R\$ 13.500.000,00 relativos à parcela não integralizada do capital social subscrita nos termos da assembleia geral extraordinária realizada em 21 de março de 2024. De forma que o capital social da Companhia passava a ser R\$ 52.510.000,00. Entretanto, em ato subsequente da mesma assembleia geral realizada em 11 de março de 2025 foi aprovado também o aumento de capital da Companhia de R\$ 3.000.000,00 para R\$ 55.510.000,00 mediante emissão de 3.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

O valor do capital integralizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 52.910.000,00 (R\$ 52.510.000,00 em 2024), sendo, portanto, na mesma data o capital subscrito a integralizar: R\$ 2.600.000,00 (R\$ 13.500.000,00 em 2024).

A Companhia tem como único sócio e titular de 100% das ações emitidas AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações.

Acionistas	Ações Nominativas		%
	31/12/2025	31/12/2024	
AP Energias Renováveis Fundo de Investimento	55.510.000	66.010.000	100%
Total	55.510.000	66.010.000	100%

11. Imposto de Renda e Contribuição Social – corrente e diferido

A Companhia não apresentou resultado tributável para fins de registro de despesas com tributos em seu resultado, conforme demonstra a tabela abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(539.670)	(539.670)	(13.215.602)	(13.215.602)
Adições / Exclusões temporárias	-	-	-	-
Adições / Exclusões permanentes	-	-	-	-
Lucro / (Prejuízo) fiscal após as compensações	(539.670)	(539.670)	(13.215.602)	(13.215.602)
Impostos devidos	-	-	-	-

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Os impostos diferidos, quando aplicável, são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização; Porém, não há expectativas que a Companhia tenha lucros tributáveis nos próximos períodos e por este motivo não reconhece os impostos diferidos.

12. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações e encargos	43.718	41.386
Serviços de terceiros	66.049	78.636
Despesas gerais	-	1.529
Total	109.767	121.551

13. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	(33.281)	(44)
Rendimento de aplicação financeira, líquido de impostos	(43.477)	(9.492.495)
Total Receita Financeira	(76.758)	(9.492.539)
Despesas financeiras		
Juros incorridos s/ debêntures	502.187	22.569.840
Outras despesas financeiras	520	13.785
Tarifas bancárias	3.954	2.966
Total Despesa Financeira	506.661	22.586.591
Total Resultado Financeiro	429.903	13.094.052

14. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento de riscos

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender as necessidades dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade.

As descrições dos riscos principais da Companhia são apresentadas a seguir:

Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade da empresa de liquidar suas obrigações assumidas a preço de mercado. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com suas obrigações presentes e futuras.

Risco de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito as contas correntes bancárias e aplicações financeiras mantendo suas transações em instituições financeiras de primeira linha.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço patrimonial equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado, e está representado, substancialmente, contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a pagar.

Derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros com características de derivativos em 2025 e 2024.

15. Eventos subsequentes

Em assembleia geral extraordinária realizada no dia 06 de março de 2026 foi aprovada a redução do capital social da Companhia em R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais), relativos à parcela não integralizada do capital social subscrita nos termos da assembleia geral extraordinária realizada em 11 de março de 2025, com o cancelamento de 2.600.000 (duas milhões e seiscentas mil) ações subscritas e não integralizadas, passando o capital social da Companhia para R\$ 52.910.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e dez mil reais). Em ato subsequente da mesma assembleia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 52.910.000,00 (cinquenta e dois milhões, novecentos e dez mil reais) para R\$ 55.910.000,00 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e dez mil reais), representando um aumento, portanto, no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), mediante a emissão de 3.000.000 (três milhões) de novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma. As novas ações emitidas pela Companhia foram totalmente subscritas pelo único acionista da Companhia, a serem integralizadas, em moeda corrente nacional, até o dia 31 de dezembro de 2026.

No dia 31 de março de 2026 a Companhia realizou o pagamento de juros referente às debêntures da 1ª Emissão no valor de R\$ 246.919,95 (duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e noventa e cinco centavos), conforme previsto na escritura da referida emissão.

Para o dia 31 de maio de 2026 está programado o pagamento final das debêntures da 1ª Emissão no valor de R\$ 2.180.618,37 (dois milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e sete centavos), correspondente à data de vencimento da referida emissão. A despeito da quitação integral das debêntures, o acionista controlador ainda avalia a possibilidade de continuar utilizando a Companhia como veículo para novos investimentos ou, alternativamente, a transferência das ações da Companhia para terceiros que tenham interesse em seguir com o ativo.